

# O PT na década de 90: construindo um programa neonacional-desenvolvimentista

Walson Lopes\*

*“Os destinos do Brasil estão em nossas mãos e não podemos  
faltar com nossas responsabilidades”*  
PT (Encontro Nacional Extraordinário/1998).

## **Resumo:**

Centrando o foco nas resoluções políticas do PT na década de 1990, este artigo procura problematizar o redirecionamento do programa político petista que até meados dos anos 1980 apresentava um cariz classista e socialista – ainda que houvesse muita imprecisão sobre esse último aspecto –, foi incorporando contornos cada vez mais intensos de um partido socialdemocrata portador de um projeto neodesenvolvimentista<sup>1</sup> para o Brasil.

**Palavras-chave:** Partido dos Trabalhadores; governo FHC; neoliberalismo; neodesenvolvimentismo.

## The PT in the 1990s:

### Constructing a neo-national-developmental program

## **Abstract:**

Focusing on the PT's political resolutions in the 1990s, this article critiques the reorientation of the party's political program. Until the mid-1980s the PT had a classist and socialist character, although the latter was very vaguely formulated. Over time, however, the PT increasingly became a social democratic party with a neo-national-developmental project for Brazil.

**Keywords:** Workers' Party (Partido dos Trabalhadores); FHC government; neoliberalism; neo-developmentalism.

---

\* Mestre em Ciência Política pela PUC-SP e pesquisador do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS/PUC-SP), São Paulo-SP, Brasil. O presente texto foi produzido a partir de nossa dissertação de mestrado: *Da negação à integração: um estudo da trajetória política do Partido dos Trabalhadores (1979-2002)*. Ver Lopes (2009). End. eletrônico: walson.lopes@uol.com.br

<sup>1</sup>Não está em nosso objetivo traçarmos um estudo panorâmico sobre as diferentes “escolas” nacional-desenvolvimentistas. O que realmente nos interessa é identificarmos nas inflexões políticas do PT algumas essenciais características desses pensamentos desenvolvimentistas, apesar de suas diferenças: a) defesa da intervenção do Estado como agente planejador e investidor do desenvolvimento capitalista nacional; b) defesa de um pacto nacional, isto é, de uma aliança de classes em prol do “desenvolvimento econômico nacional” e do “bem comum”; c) defesa da soberania nacional frente aos países hegemônicos e d) defesa da valorização e ampliação do mercado de consumo interno.

O PT inicia a década de 1990 após sofrer uma traumática derrota nas eleições presidenciais de 1989 para Fernando Collor de Melo. Dessa experiência pode-se dizer que ela foi fundamental para o Partido dos Trabalhadores aperfeiçoar sua política de **representar toda a sociedade**. Foi com esse posicionamento político de universalizar o discurso para atender outros segmentos sociais e não restringi-lo simplesmente aos trabalhadores, que Lula disputou as eleições presidenciais de 1989 e “quase chegou lá”. Para contemplar todos os possíveis e diversos aliados, o projeto político da Frente Brasil Popular apresentou um cariz “nacional-reformista” que sustentava até ser “possível privatizar empresas estatais que não se enquadravam na categoria de estratégicas para o desenvolvimento nacional” (Pomar, 1990:42). Nessa perspectiva, se Lula fosse eleito os interesses fundamentais de muitas frações burguesas brasileiras e estrangeiras estariam assegurados.

(...) no capitalismo reformado do governo Lula o que se pretendia era democratizar o capital através de uma profunda redistribuição da renda (...) também ao contrário do que se propagara, o governo Lula não pensava em expulsar as empresas de capital estrangeiro, ou impedir sua entrada no país (...) Embora já tenha amadurecido entre nós a ideia de que não é possível fugir ao processo de internacionalização crescente da economia, isso não significa que não se estabeleçam normas de relacionamento como capital estrangeiro que garantam a soberania nacional e tragam algum tipo de benefício para o conjunto da sociedade. (Pomar, 1990: 43).

Ademais, não foi um pleito internamente tranquilo, feridas foram abertas por causa dos constantes e acirrados embates entre as correntes moderadas e de esquerda sobre os rumos da campanha eleitoral: “(...) Setores do partido reclamavam do discurso de Lula, exigindo que ele resgatasse as origens do PT, com uma campanha classista”, nos revela Pomar (1990:85). Uma outra característica importante dessa disputa eleitoral que precisa ser mencionada foi a falta de participação das bases nas diretrizes da campanha do partido porque, como nos declara o articulador nacional da campanha de Lula à presidência, essa responsabilidade ficou centralizada nas mãos da Comissão Executiva Nacional:

(...) [que] Passou a tomar decisões a respeito das articulações para realizar as alianças, da elaboração do programa de ação do governo, da atividade parlamentar, da análise da estratégia dos candidatos, do planejamento dos fatos políticos e da correção da estratégia e das táticas da campanha (Id:83)

---

<sup>2</sup> É sabido que o PT se esforçou para conformar um grande bloco de “forças progressistas” logo no primeiro turno das eleições – o que acontecerá apenas no segundo turno –, como podemos constatar no livro do então coordenador nacional da campanha *Lula Presidente*, Wladimir Pomar (1990).

A partir do que estamos mostrando sobre as eleições presidenciais de 1989, pode-se afirmar que os setores moderados, liderados pela Articulação, passaram a colocar na ordem do dia profundas mudanças no programa e na organização partidária. Segundo esses setores, era preciso adequar o partido às novas configurações mundiais e nacionais. O mundo estava mudando e o Brasil já não era mais o mesmo. Por isso, o PT tinha que mudar.

As alterações na estrutura socioeconômica brasileira (com o surgimento, o rearranjo e a reacomodação de classes e grupos sociais), as reformulações do capitalismo internacional e as profundas mudanças nos países socialistas (sic), por outro lado, obrigam o Partido dos Trabalhadores a um profundo reexame da teoria e da prática que até então vinham presidindo a luta histórica por uma humanidade livre, justa e fraterna, de modo a obter maior nitidez em sua concepção de socialismo e dos caminhos capazes de levar a transformação socialista da sociedade brasileira (*Resoluções de Encontros e Congresso*, 1998: 436).

Influenciados pelas transformações econômicas e políticas que estavam ocorrendo nos países europeus pertencentes ao campo do “socialismo real”, inúmeros dirigentes petistas com viés socialdemocrata (os moderados) se sentiram “amparados pela história” para rechaçar abertamente qualquer horizonte próximo ou distante de lutar por uma revolução socialista. Para eles já era hora de depurar o partido de seu estigma de radical esquerdista. O partido deveria se apresentar à “sociedade civil”, nesse momento, com projetos políticos que denotassem seu amadurecimento e responsabilidade frente às exigências das “instituições democráticas brasileiras”. O trauma do “quase lá” de 89 não poderia se repetir. Era preciso conquistar a confiança da “sociedade civil”; demonstrar que o partido estava pronto para governar para todos, independente da classe social, visto que para esses petistas todos somos “cidadãos”.

Já no 7º Encontro Nacional que ocorreu de 31 de maio a 3 de junho de 1990, o primeiro realizado sob o impacto da derrota eleitoral do ano anterior e do desmoronamento da URSS e do Leste europeu, podemos identificar os germes dessas profundas mudanças políticas que o PT irá sofrer ao longo desta década que se iniciava. É o que percebe-se quando se lê que o Partido dos Trabalhadores estava preparado para ocupar e demonstrar “que é possível uma nova forma de gerir a coisa pública” nos limites da democracia burguesa e não deixando de lembrar que será “respeitando a autonomia das instituições e de que o ato de governar é necessariamente amplo e voltado para o conjunto da sociedade” (Id:450).

Ao considerar nesse Encontro Nacional que o partido necessitava urgentemente “iniciar um processo de reorganização e redimensionamento de sua relação com a sociedade” (Id.:462), o que se está querendo dizer é que o partido precisava

se abrir para a “sociedade civil” e **depurar-se de seu classismo que não mais correspondia aos novos tempos**. Agora cabia ao PT revisar sua política de alianças e ampliar sua base social e eleitoral tão somente com perspectivas de disputar novas eleições para consolidar-se como uma alternativa real de governo para o Brasil.

A consolidação do PT como partido, a ampliação de sua base social e eleitoral, o aprofundamento da consciência democrático-popular do eleitorado, particularmente dos trabalhadores, é nosso principal objetivo. Nosso partido e, especificamente, a liderança do companheiro Lula são uma alternativa real de governo e de projeto para milhões de brasileiros, e nós temos responsabilidades de viabilizar nos estados uma política de alianças que leve aos governos políticas de esquerda e progressistas (Id.:457-458).

Mas foi no I Congresso, em 1º de dezembro de 1991, que o PT condensou esse conjunto de inflexões políticas que estavam dispersas e presentes desde a metade dos anos 1980. As resoluções aprovadas explicitam que o Partido dos Trabalhadores havia se tornado um partido reformista preocupado em “radicalizar a democracia” brasileira; e que essa radicalização seria de agora em diante o grande princípio do socialismo petista. “Para o PT, socialismo é sinônimo de radicalização da democracia” (Ibid.:499), diz uma das deliberações. Ainda segundo essas resoluções, o PT deveria lutar para reformar o Estado e elevar milhões de brasileiros à condição de cidadão, democratizando, portanto, a sociedade brasileira. A cidadania foi indelevelmente impregnada ao discurso petista: “O movimento sindical tem que considerar o trabalhador não só como assalariado, mas também como produtor, contribuinte e, principalmente, eleitor e cidadão, assumindo plenamente a luta política pelo alargamento dos direitos da cidadania” (Id.:506). O neoliberalismo e a corrupção foram os grandes obstáculos identificados pelo partido para a realização desse projeto político e que deveria ser enfrentado por todos aqueles que quisessem o desenvolvimento do Brasil. Assim sendo, o PT fez um chamado por um pacto social<sup>3</sup> que viabilizasse a derrota do projeto neoliberal de Collor e possibilitasse “uma nova alternativa de governo para o País (sic)” (Id.:541).

O Partido dos Trabalhadores propõe-se a compartilhar com os trabalhadores e com o conjunto das forças democráticas e socialistas a atualização do seu projeto histórico (...) Desde já, consideramos como nossos interlocutores naturais – sejam indivíduos, grupos sociais, instituições religiosas, organizações civis ou

---

<sup>3</sup> A ação do PT naquela conjuntura, de acordo com as diretrizes aprovadas no Congresso, era a “construção de um amplo movimento de oposição popular e institucional às políticas do governo [Collor] e a seu projeto neoliberal”. (Id., 539).

político-partidárias – todos aqueles que almejam o fim da miséria e a eliminação das brutais injustiças presentes na vida brasileira (Ibid.:481).

(...) O PT é um aliado de todos aqueles que, na sociedade civil, querem dar um basta à corrupção, à impunidade, à violência e à espoliação, marcas do Governo Collor (Id.:540).

Mesmo que interna e publicamente dissesse que não era verdade, o que denota desse programa político do PT aprovado no I Congresso é sua profunda semelhança com o pensamento político da social-democracia. Se Przeworski (1995:57-8) está correto ao considerar que “a política social da social-democracia consiste, em grande parte, em abrandar os efeitos distributivos de alocações de recursos baseadas em critérios de eficiência” e que “Tal política não visa à transformação do sistema econômico, mas unicamente à correção dos efeitos de seu funcionamento”, então estamos certos ao afirmarmos que uma das teses aprovadas pelos petistas e que é muito cara aos socialdemocratas foi a defesa da regulamentação do mercado combinada com políticas distributivas, o que evidencia, dessa forma, a preocupação do Partido dos Trabalhadores em reformar o sistema capitalista respeitando o “Estado de direito” e a “possibilidade de alternância no poder (sic)” (Id.:500).

(...) O PT entende que só a combinação entre o planejamento estatal e um mercado orientado socialmente será capaz de propiciar o desenvolvimento econômico com igualdade na distribuição das riquezas, negando (sic), dessa forma, a preponderância e a centralidade do capital na dinâmica das relações sociais. Para que isso aconteça, será necessário que o Estado exerça uma ação reguladora sobre a economia, através de suas próprias empresas e de mecanismos de controle do sistema financeiro, de políticas tributárias, de preços, de crédito, de uma legislação antimonopolista e de proteção aos consumidores, aos assalariados e aos pequenos proprietários. Mas será necessário, antes de tudo, que a sociedade esteja organizada, de modo a poder interferir, decisivamente, na definição da política econômica (Id.:501-502).

Não há como não reconhecer que o I Congresso do PT foi um acontecimento decisivo na desconstrução do seu discurso classista. Não somente por isso, também porque a concepção de socialismo aprovada é compreendida como uma “radicalização da democracia”, o que significa que estrategicamente o partido inseriu definitivamente em seu programa e discursos a defesa de reformas políticas, econômicas e sociais respeitando a legalidade burguesa vigente. Não obstante, para a consecução desse projeto político o PT faz um chamado a todas as “demais forças democráticas e socialistas” para juntos derrotarem o neoliberalismo e “reconstruir o Brasil” (Id.:481). Com essa linha política refe-

rendada pela maioria dos petistas no I Congresso, a independência de classe tão presente nos primeiros documentos do partido será menosprezada e substituída por uma política de alianças que engendre uma frente de “forças democráticas e progressistas” em defesa da soberania nacional. Evidentemente que nessa frente estariam frações da grande burguesia.

Os rumos políticos do Brasil nesta década dependerão, em grande medida, da capacidade que a esquerda demonstre em transformar nosso projeto alternativo de desenvolvimento num catalisador de um poderoso movimento social por reformas, por **um novo caminho de desenvolvimento econômico, político e social para o País** (sic), que não apenas supere a crise atual, mas também o modelo excludente que sempre marcou o capitalismo brasileiro (...) **o nosso projeto alternativo deve se constituir em eixo da ação política das diversas frentes de atuação partidária e social** (Id.:515, grifo nosso).

Definidas as diretrizes políticas, agora era preciso se aproximar e conquistar a confiança da “sociedade civil”. Ninguém melhor do que Lula para ser o mensageiro desse novo evangelho petista; ou seja, o divulgador dessa “modernização” do Partido dos Trabalhadores. Essas transformações ocorridas no Partido dos Trabalhadores podem ser constatadas na fala de Lula, quando ministrou uma Aula Magna na PUC-SP em 1993<sup>4</sup>. Disse ele que “o maior problema brasileiro era político”. Enquanto esse problema não fosse resolvido, nenhum outro seria. Além do mais, afirmou que era também de “credibilidade”; “honradez” e de “responsabilidade”. Segundo Lula, “era preciso acabar com a lei de Gerson neste país”: querer levar vantagem em tudo. Contou que, no dia anterior à aula, havia participado de uma reunião com 30 grandes empresários e jocosamente insinuou que os mesmos estavam perdendo o medo dele. Observou ainda:

**acredito que a única possibilidade de alavancar esse país é você ter a capacidade de fazer um entendimento com a sociedade brasileira. Entendimento esse que faça com que todos levem esse entendimento ao pé da letra; que leve aquilo [o entendimento] como mandamento e que todos cumpram as regras estabelecidas nesse acordo.**

Essas palavras de Lula caracterizam a disposição do partido em construir um **compromisso histórico** com o empresariado brasileiro. Naquela conjuntura o PT procurava se mostrar renovado e catalisador das demandas socioeconômicas tanto de trabalhadores quanto dos empresários. Isso era sinal que num

---

<sup>4</sup> Essa aula inaugural ocorreu nas dependências do TUCA em 09/03/1993 e está disponível em 2 DVDs na biblioteca da PUC-SP. Os destaques são nossos.

provável governo Lula a relação entre capital e trabalho não seria desvantajosa para o primeiro. Isso explica porque o grande capital nunca lucrou tanto quanto nos governos de Lula/Dilma. Se os empresários estavam perdendo o medo de Lula, este e os principais dirigentes petistas já os tinham como grandes aliados. A seguinte referência de Lula sobre o empresariado brasileiro durante aquela aula faz transbordar sua metamorfose: **“o empresariado brasileiro está disposto a dar um passo de cidadania, de decência e de democracia para alavancar o desenvolvimento desse país”**. E não se esqueceu de mencionar sobre o capital internacional: “os investidores só virão para o Brasil se o governo demonstrar confiança, credibilidade”. Lula e o PT se transformaram para que **todos** depositassem neles essa confiança e credibilidade. Só esperavam que seus esforços fossem reconhecidos pelo capital nacional e estrangeiro.

Três meses após essa palestra de Lula na PUC-SP, realizou-se o 8º Encontro Nacional do PT no Centro de Convenções em Brasília. Se naquela fala de Lula é possível identificarmos uma política de aproximação com os empresários (capital produtivo), nesse 8º Encontro percebemos que o capital financeiro, segundo os petistas, deveria sofrer rígido controle. Portanto, de acordo com o PT o capital financeiro passou a ser considerado um nefasto escoadouro das divisas brasileiras em detrimento do sistema produtivo, como podemos perceber nas teses aprovadas: “(...) a especulação financeira terá que ser enfrentada com o alongamento do perfil da dívida interna e profundas reformas do sistema financeiro, que orientem os recursos para o sistema produtivo e eliminem o caráter parasitário [do] mercado de capitais no País (sic)” (Resoluções de Encontros e Congressos, 1998:553). Percebe-se, diante dessa reorientação política do Partido dos Trabalhadores, que o seu projeto político incorpora – e joga a última pá de terra sobre a independência de classe – a defesa de múltiplos e conflitantes interesses de classes: no desígnio de harmonizá-los. Na Carta de Brasília aprovada nesse Encontro pode-se encontrar o que estamos sustentando: “(...) **Nosso programa estará voltado para os setores e segmentos sociais que constituem a maioria da população: os trabalhadores, os marginalizados, as classes médias, os pequenos e médios empresários**” (Id.:551, grifo nosso). Além disso, nesse novo projeto petista vai ganhando contornos cada vez mais fortes uma política com viés nacional-desenvolvimentista:

A presença do Estado nos setores estratégicos da economia, na regulação das relações de mercado e a participação no financiamento das atividades produtivas, na geração de bens, renda e empregos, se desenvolverá no sentido de garantir **a soberania nacional, a democratização dos recursos públicos e a capacidade da maioria da sociedade de planejar de forma democrática o seu desenvolvimento** (Id.:554, grifo nosso).

Para a consecução desse projeto neonacional-desenvolvimentista, como estamos tentando demonstrar, o Partido dos Trabalhadores propugnava a “construção do mais amplo leque de aliança partidária” contra “o receituário neoliberal”, aplicado por Collor de Melo, “que só tem feito aprofundar o desemprego, a pobreza, a corrupção, a espiral inflacionária, o desmantelamento do Estado e as dificuldades de nosso sistema produtivo” (Id.:585). No 9º Encontro Nacional e de olho nas eleições presidenciais de 1994 que estavam prestes a começar, o PT ratifica o chamado por uma Frente Ampla (PSB, PPS, PCdoB, PC, PSTU e setores do PV, PSDB, PDT e PMDB) de oposição ao neoliberalismo em defesa de um “projeto nacional [visando] atender não só as necessidades das amplas massas populares, como também a defesa da soberania nacional” (Id.:594).

O neonacional-desenvolvimentismo consolidou-se como o discurso político petista principalmente após a derrota de Lula para o candidato Fernando Henrique Cardoso, o preferido pela quase totalidade das frações burguesas brasileiras e internacionais naquele ano eleitoral de 1994. Esta afirmação respalda-se nas deliberações aprovadas no 10º Encontro Nacional, que se realizou de 18 a 20 de agosto de 1995, em Guarapari/ES. Segundo algumas dessas deliberações, o governo de FHC apresentava um “perfil neoliberal e conservador” que acentuava “a inserção subordinada do País (sic) aos grandes blocos econômicos” (Id.: 615). Por conseguinte, a partir dessa caracterização do governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, o PT deveria (re)elaborar um projeto nacional-desenvolvimentista em novas bases:

(...) O PT terá que dar um salto de qualidade: reelaborar sua estratégia de poder, desenvolver um projeto de sociedade e um projeto partidário. **Terá que atualizar e reelaborar o programa democrático e popular, articulando forças sociais amplas em torno de um projeto para a sociedade brasileira, alternativo ao neoliberalismo vigente e ao nacional-desenvolvimentismo caduco** (Id.:617, grifo nosso).

(...) É preciso mostrar à sociedade brasileira que as políticas propostas por FHC não podem constituir um projeto de desenvolvimento que atenda às grandes maiorias nacionais. Elas carecem de uma dimensão nacional e social. **Não visam a realização de um processo de integração nacional, a incorporação de todos os brasileiros à cidadania**, mas apenas a acumulação de capital e a integração de uma minoria de consumidores ao Primeiro Mundo (Id.:618, grifo nosso).

Ao afirmar que o novo projeto petista deve se diferenciar do nacional-desenvolvimentismo caduco, o que pretende-se é incorporar ao discurso neo-desenvolvimentista do PT a defesa do desenvolvimento econômico nacional combinado com políticas compensatórias voltadas para a elevação “de todos os brasileiros à cidadania”. Para tanto, “o PT [deveria] *recolocar o debate sobre as grandes*

*questões nacionais, ao invés de priorizar, internamente, os temas doutrinários”* (Id.:628, grifo nosso); que por conseguinte significou reforçar nesse Encontro a necessidade de um amplo esforço nacional – colaboração entre as classes sociais – para a realização desse projeto.

**A defesa da Nação (sic) exige uma nova política econômica e uma aliança social mais ampla, orientada para um projeto de desenvolvimento baseado no investimento produtivo e valorização do trabalho.** Não se trata de assumir uma posição isolacionista no mundo, mas de assegurar a complexidade do nosso sistema produtivo, garantindo maior equidade social (em um País (sic) que detém a pior distribuição de renda do planeta) e preservando o meio ambiente (Id.:623, grifo nosso).

Esse esforço do PT em construir um “Projeto Nacional de Desenvolvimento” aberto a todos aqueles – sem veto, por exemplo, a participação do grande capital industrial – que estavam contrários à política neoliberal de FHC, que, segundo um dos parágrafos contidos nas resoluções do 11º Encontro Nacional, caracterizava-se por fazer “uma política de estabilização centrada na sobrevalorização cambial (...) que, associado a uma política monetária de juros elevadíssimos, compromete parte importante da estrutura produtiva, vulnerabiliza externamente o País (sic) e fragiliza as finanças públicas” (Id.:655), passou a perseguido ininterruptamente pelos petistas, como nos revelam o já citado 11º Encontro, o Encontro Nacional Extraordinário e as teses do II Congresso Nacional, os três realizados em agosto de 1997, maio de 1998 e novembro de 1999, respectivamente.

Em ambos os Encontros e no II Congresso o discurso neonacional-desenvolvimentista reproduzia a ideia fixa de “defesa da soberania nacional”. Além disso, preconizavam uma nova alternativa de desenvolvimento nacional sustentada por um programa em que “O Papel do Estado na economia será fundamental para impedir a anarquia que o mercado sem controle gera, sobretudo nesta etapa de aguda internacionalização produtiva e financeira. **Ele terá um papel de coordenador, regulador, indutor e produtor**” (Id.:677, grifo nosso). Outrossim, para a viabilização dessa “nova alternativa” o Partido dos Trabalhadores repetidamente clama e reclama por um **novo pacto nacional** que açambarque todos os descontentes, sejam eles da esquerda ou da direita, espalhados na sociedade brasileira, contra o neoliberalismo perpetrado nestas paragens pelo governo peessedebista.

O PT, as entidades populares, os partidos de esquerda e setores da sociedade civil são a grande força de oposição ao governo FHC e ao neoliberalismo (...) **A questão da soberania nacional ganha importância na ampliação da política de alianças.** A disputa do centro, de personalidades do PMDB e do PSDB que vêm

se opondo efetivamente à estratégia de cooptação do governo FHC deve-se dar em torno de uma candidatura única das oposições, **permitindo evoluir de acordos pontuais para um pacto programático de governo** (Id.:670, grifo nosso).

Imbuído desses novos valores nacional-desenvolvimentistas, o PT realizou o II Congresso Nacional no final dos anos 90 afirmando-se como “pós-comunista” e “pós-social democrata” (sic) e manifestando sua preocupação em debelar as disputas internas – uma inequívoca admoestação as tendências à esquerda – que estavam emperrando a construção desse projeto neodesenvolvimentista: “O PT não pode ser ambíguo, oscilando entre várias orientações, dando a impressão de um partido dilacerado por conflitos internos. Isso paralisa nossa ação, abala nossa imagem, semeia dúvidas sobre nossa capacidade de governar o país” (Resoluções do II Congresso, 1999), adverte um dos parágrafos dessas resoluções congressuais.

Destarte, subentende-se a partir das teses do II Congresso que o “pacto programático de governo” teria como compromisso promover uma “Revolução Democrática” no Brasil, recuperando (sic) “uma função essencial do Estado, a de assegurar igualdade de oportunidades e de tratamento, ou seja, a igualdade de direitos” (Id.:11). Segundo essas deliberações,

O Programa da revolução democrática tem três eixos fundamentais: o social, o democrático e o nacional. **Eles se traduzirão em um conjunto de reformas econômicas e políticas radicais a serem realizadas por um novo governo apoiado por ampla coalizão de forças sociais e políticas.** (Id.:05, grifo nosso).

Enfim, o PT acreditava, com base na citação acima, que *somente um governo decorrente e sustentado por um novo pacto social seria possível derrotar o projeto neoliberal e criar condições* – ainda segundo os petistas – para “um novo modelo de desenvolvimento nacional”. Essa preocupação exacerbada em proteger a “soberania nacional” por meio de uma política neodesenvolvimentista explica porque quase ao final da redação das teses do II Congresso Nacional lê-se a seguinte palavra de ordem: **“A nação não será destruída!”** (Id.:25, grifo nosso).

O que se identifica nesse discurso neonacional-desenvolvimentista do PT é a sua incorporação e reprodução da ideologia nacional, que é um importantíssimo componente estrutural do Estado burguês<sup>5</sup>. Ao reproduzir a ideologia nacional implicitamente no discurso nacional-desenvolvimentista, o PT torna-se um aparelho privado de hegemonia de sustentação do sistema capitalista ao incorporar

---

<sup>5</sup> Sobre o conceito de ideologia nacional e as diversas percepções e apropriações do fenômeno nacionalismo ver, por exemplo, Almeida (1995).

e irradiar o discurso ideológico burguês de que frente ao Estado-nação todos os indivíduos representam um conjunto livre e igual. Nesse sentido, está correto Lúcio Flávio de Almeida ao considerar que um dos desdobramentos da ideologia nacional é ocultar a dominação de classe burguesa e desorganizar o proletariado enquanto classe antagonista à lógica de produção e reprodução do capital.

Esta fetichização da comunidade nacional é o corolário da fetichização do Estado, o qual passa a ser representado como uma entidade que se situa (ou deveria situar-se) acima das classes. Neste sentido, a ideologia nacional – inclusive em suas vertentes mais sofisticadas – opera uma separação estanque entre esse âmbito da igualdade (a nação) e a dominação de classe (...) A ideologia nacional é, portanto, uma dimensão importante do processo de desorganização do proletariado (Almeida, 1995:65)

O Partido dos Trabalhadores não é um exemplo isolado de trãnsfuga para a ideologia nacional, os partidos socialdemocratas europeus há muito estavam em uníssono propagando o ideário burguês do Estado como defensor do bem comum, isto é, de todos os cidadãos, cujo projeto político, em suma, tinha como objetivo valorizar “a dimensão indivíduo-nação, e não em termos de classe” (Przeworski, 1995:43). Ao integrar-se à ideologia nacional, além de o PT definitivamente enterrar a possibilidade de um projeto político de organizar independentemente a classe trabalhadora na luta contra a exploração do capital, passa a compreender despididamente a relação capital/trabalho não mais numa perspectiva de conflito de classes, mas numa perspectiva que contemplasse, segundo sua política neodesenvolvimentista, o desenvolvimento harmônico e soberano da nação brasileira. Por isso, o que Almeida escreveu pensando sobre a socialdemocracia europeia, também pode ser associado ao discurso político petista ao longo da década de 1990.

(...) essa integração [à ideologia nacional] se fez acompanhar, ao nível de discurso, por um deslocamento da centralidade de categorias como a de ‘proletários’ ou mesmo ‘trabalhadores’ para as de ‘povo’ ou ‘sociedade’. (...) A luta social-democrata [e a do PT também] não mais se volta contra a estrutura do Estado capitalista, mas para a conquista do Governo e, por meio deste, para a redefinição da política estatal (Almeida, 1991:76)

Essa profunda mudança programática do Partido dos Trabalhadores durante os anos 90 despertou a confiança de importantes frações burguesas descontentes com os rumos da política neoliberal aplicada pelo bloco no poder na era FHC. Portanto, esse imbricamento do PT com essas frações da grande burguesia interna (Poulantzas, 1975), principalmente a industrial, redundou numa aliança orgânica de “salvação nacional” no processo eleitoral de 2002.

## **Bibliografia**

- ALMEIDA, L. F. (1995). *Ideologia nacional e nacionalismo*. São Paulo: EDUC.
- \_\_\_\_\_ (1991). Social-democracia e ideologia nacional: questões sobre a crise. *São Paulo em Perspectiva*, n. 5, São Paulo.
- LOPES, W. (2009). *Da negação à integração: um estudo da trajetória política do Partido dos Trabalhadores (1979-2002)*. Dissertação de mestrado (Ciências Sociais). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica.
- POMAR, W. (1990). *Quase lá – Lula, o susto das elites*. São Paulo: Brasil Urgente.
- POULANTZAS, N. (1975). *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores.
- \_\_\_\_\_ (1971). *Poder político e classes sociais*. Porto: Portucalense.
- PRZEWORSKI, A. (1995). *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Resoluções de Encontros e Congressos-1979/1998* (1998). São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Resoluções do II Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores*. (1999). Disponível em <http://200.169.97.236:81/uploads/resolucoes.pdf>. Acesso em 03/06/2006.